

Fls.

**Processo: 0000145-17.2017.8.19.0047**

## Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Interdito Proibitório - Esbulho, Turbação, Ameaça / Posse

Autor: BEGNOMAR DOS SANTOS PORTO  
Autor: ANA PAULA REGINA DE OLIVEIRA PORTO  
Réu: ESPÓLIO DE MARIA TEIXEIRA DE OLIVEIRA  
Representante Legal: CLOTILDE DANA  
Réu: CLOTILDE DANA

---

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz  
Thiago Gondim de Almeida Oliveira

Em 26/04/2019

### Decisão

Trata-se de ação de interdito proibitório com pedido de tutela de urgência na qual alega a parte autora que a ré vem impedindo de exercer regularmente a posse de seu imóvel.

Em audiência de justificação, foi proferida decisão indeferindo-se liminarmente a medida.

A parte ré apresentou contestação às fls. 175/203, com documentos de fls. 67/108, pugnando pela improcedência do pedido autoral, ao argumento de que não a autora não comprovou a posse da referida área supostamente molestada, afirmando que foi a parte autora quem praticou o esbulho, requerendo a reintegração da posse de toda a área, em pedido contraposto, condenação da parte autora em reparação por perdas e danos, além de litigância de má-fé.

A parte autora pugnou pelo sobrestamento do feito até o julgamento da lide principal, com o intuito de produzir provas para ambos os feitos, conforme fls. 383/384.

A parte ré manifestou-se contrariamente ao pedido de suspensão do feito, pugnando pela produção de prova documental emprestada dos autos de usucapião, a qual se encontra em apenso, bem como àquelas acostadas no bojo dos autos da notificação judicial. Pugnou, ainda, pela produção de prova documental e prova oral, consistente em depoimento pessoal dos autores e testemunhal, conforme fls. 380 e 393/396.

Houve determinação do juízo suspendendo o feito apenas para decidir o pedido de intervenção de terceiro nos autos de usucapião.

A parte ré, às fls. 440/444, requereu o julgamento da lide, aduzindo que todas as provas já foram produzidas, e que a autora apresentou réplica intempestiva.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

Nas ações possessórias com procedimento especial disciplinado pelo Código de Processo Civil, a

discussão sobre o domínio é defesa, haja vista a causa de pedir próxima referir-se apenas à posse, sua comprovação e sua turbação ou esbulho, não se confundindo aquela com o direito real de propriedade. A propriedade é poder de direito, posse é poder de fato e o possuidor é o aparente titular do domínio.

Já a usucapião se constitui em modo de aquisição da propriedade, consolidada pela posse contínua, mansa, pacífica e com ânimo de dono, coisa móvel ou imóvel, não objetivando propriamente a proteção da posse, mas, de fato, a consolidação da propriedade.

Assim, entendo que não há motivo de suspensão deste feito, até o julgamento da ação de usucapião.

Primeiramente, forçoso reconhecer que a parte ré se equivoca ao pleitear o julgamento da lide, diante da apresentação intempestiva de réplica pelo autor, sustentando que as provas constantes dos autos são suficientes para o julgamento da lide, sendo tal manifestação totalmente contraditória ao pedido anterior de produção de provas, até porque não houve deferimento do pedido de prova emprestada, o qual foi apreciado somente nesta ocasião, tampouco de deferimento das demais provas requeridas.

Além disso, ainda que não tinha havido manifestação do autor quanto à contestação apresentada, o que não ocorreu, tal situação não implica na presunção de veracidade dos fatos alegados pela ré, já que a esta incumbe o ônus de provar os fatos alegados em contestação, principalmente, no que tange ao pedido contraposto.

Assim, imprescindível a produção de prova para formação do convencimento do juízo quanto às questões envolvendo os imóveis, salientando-se que ambas as partes discutem posse e propriedade sobre os mesmos, neste feito, e na ação de usucapião, respectivamente.

Dessa maneira, inviável o julgamento da lide no estado em que se encontra, haja vista ser indispensável a produção das provas anteriormente pleiteadas, para dirimir o conflito existente.

Nesse mesmo sentido, inviável o pedido liminar de reintegração de posse feito em pedido contraposto pela parte ré, sendo que as questões referentes à posse serão definidas neste feito, finda a instrução.

Por tudo exposto, considerando que a questão referente à intervenção de terceiro nos autos da ação de usucapião já foi sanada, entendo que a tramitação deste feito deve prosseguir, devendo as partes manifestarem-se, de forma justificada, quanto às provas que pretendem produzir, retificando ou ratificando aquelas já apresentadas, tudo no prazo de 15 dias.

Na hipótese de produção de prova testemunhal, o referido rol deve ser apresentado juntamente com a manifestação, a fim de permitir o saneamento do feito, com designação de audiência, adequando o número de testemunhas na pauta de audiências do Juízo.

Intimem-se.

Rio Claro, 02/05/2019.

**Thiago Gondim de Almeida Oliveira - Juiz em Exercício**

---

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Thiago Gondim de Almeida Oliveira

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Código de Autenticação: **49X4.VG5V.5P1W.19B2**  
Este código pode ser verificado em: [www.tjrj.jus.br](http://www.tjrj.jus.br) – Serviços – Validação de documentos